JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.06.20 06:36:27 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 20 de junho de 2023 • Nº 1583 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

NA LISTA DA PF

# Exército mantém cargos de militares golpistas

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, decidiu esperar os desdobramentos judiciais antes de tomar medidas administrativas contra os militares da ativa citados em relatório da Polícia Federal sobre os celulares do tenente-coronel Mauro Cid. A avaliação, segundo interlocutores de Tomás, é a de que não é possível somente com o relatório analisar a conduta de cada militar. Como resultado, a decisão interna é cooperar com as investigações e agir somente após a repercussão dos casos na Justiça. Generais afirmam, porém, que os militares investigados deverão ter mais dificuldade para progredir na carreira e chegar ao generalato, já que o caso se tornou um constrangimento para a cúpula militar. Procurado pela reportagem, o Exército afirma que ainda não foi "oficiado sobre as apurações realizadas nas investigações em andamento". PÁGINA 4

PARANÁ

## Ex-aluno ataca escola, mata estudante e fere outro

Um ataque a tiros no Colégio Estadual Professora Helena Kolody, em Cambé, no norte do Paraná, deixou uma aluna de 17 anos morta e outro estudante, de 16, ferido na manhã de ontem. De acordo com o Governo do Paraná e a Polícia Militar, o autor do ataque é um ex-aluno de 21 anos. Ele foi preso e levado para Londrina (PR), cidade vizinha a Cambé. A estudante Karoline Verri Alves morreu no ataque. Ela era coroinha na paróquia Santo Antônio de Cambé, onde seus pais atuam como coordenadores de uma comunidade católica. O outro estudante baleado era namorado de Karoline. Ele foi socorrido e seu estado de saúde é "gravíssimo", de acordo com a direção do HU-UEL (Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina), onde o adolescente está internado. "No momento encontra-se em estado gravíssimo, em assistência ventilatória, sedado, monitorizado, sendo realizado todos os exames laboratoriais", informou o hospital, em nota. PÁGINA 4

PORTOS

# Governo Lula vai reduzir em até 95% tarifas no Rio e em Santos

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

O ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França (**foto**), anunciou que o governo Lula (PT) vai reduzir as tarifas de embarque e desembarque dos portos de Rio de Janeiro e Santos (SP) para baixar os custos de produção. Os descontos serão de até 65% em Santos e 95,5% no Rio de Janeiro. O percentual será definido com base no número de escalas que a embarcação fará, a pontuação no Índice Ambiental de Navios e o tipo de produto transportado. O anúncio foi feito por França e Lula em vídeo publicado no sábado passado nas redes sociais. "Nós, em seis meses, estamos fazendo a redução das tarifas dos portos do Rio de Janeiro e de São Paulo, de Santos, que é muito importante para reduzir a inflação porque os portos que foram privados aumentaram os impostos", disse o ministro. PÁGINA 2

REVISÃO DEFINITIVA

## Câmara de São Paulo adia votação de Plano Diretor

PÁGINA 3

RIO

## Governo libera recursos para construção de dois presídios

PÁGINA 6

2023

# Mercado eleva projeção de alta do PIB

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano subiu pela sexta vez seguida, passando de 1,84% para 2,14%. A estimativa está no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos. Para o próximo ano, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) é de crescimento de 1,2%. Em 2025 e 2026, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 1,7% e 1,99%, respectivamente. PÁGINA 2

SUPERENDIVIDADOS

IMAGEM TV BRASIL

# Lula aumenta para R$ 600 mínimo existencial que bancos não podem mexer

O presidente Lula (**foto**) decidiu ontem elevar o mínimo existencial de R$ 303 para R$ 600. Este é o valor da renda mensal que os bancos não podem tomar de superendividados. "Assinei hoje a ampliação do valor do mínimo existencial para R$ 600, uma medida que aumenta a fatia da renda que não pode ser cobrada no crédito consignado ou bloqueada pelas instituições financeiras em caso de superendividamento", anunciou Lula. O conceito do mínimo foi introduzido no Código de Defesa do Consumidor pela legislação dos superendividados aprovada em 2021. PÁGINA 3

## INDICADORES

IBOVESPA: 0,93% / 119.857,76 / 1.099,34 / Volume: R$ 16.050.516.209 / Negócios: 2.942.714

Maiores Altas

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| JBS ON NM | 18.57 | +3.86 | +0.69 |
| BRASKEM PNA N1 | 30.95 | +3.17 | +0.95 |
| LOCALIZA ON NM | 67.62 | +3.90 | +2.54 |
| AZUL PN N2 | 21.42 | +3.93 | +0.81 |
| MARFRIG ON NM | 7.48 | +3.46 | +0.25 |

Maiores Baixas

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| CVC BRASIL ON NM | 4.27 | –5.11 | –0.23 |
| GRUPO NATURAON NM | 16.07 | –2.37 | –0.39 |
| ALPARGATAS PN N1 | 10.92 | –2.06 | –0.23 |
| ASSAI ON NM | 13.250 | –1.92 | –0.260 |
| HAPVIDA ON NM | 4.28 | –1.61 | –0.07 |

Mais Negociadas

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| PETROBRAS PN EDJ N2 | 30.42 | +2.63 | +0.78 |
| VALE ON NM | 69.40 | –0.39 | –0.27 |
| B3 ON NM | 14.80 | +1.23 | +0.18 |
| LOCALIZA ON NM | 67.62 | +3.90 | +2.54 |
| ITAUUNIBANCOPN N1 | 29.04 | +1.36 | +0.39 |

Bolsas no mundo

| | Fechamento | % |
|---|---|---|
| Dow Jones | 34.299,12 | -0,32 |
| NASDAQ Composite | 13.689,571 | -0,68 |
| Euro STOXX 50 | 4.358,16 | -0,99 |
| CAC 40 | 7.314,05 | -1,01 |
| FTSE 100 | 7.588,48 | -0,71 |
| DAX 30 | 16.201,2 | -0,96 |

| | |
|---|---|
| Salário mínimo | R$ 1.320,00 |
| Ufir | R$ 4,3329 |
| Taxa Selic (03/05) | 13,75% |
| Poupança 3 (17/6) | 0,68% |
| TR (prefixada) (06/2023) | 0,1799% |
| IGP-M | -1,84% (mai.) |
| IPCA | 0,23% (mai.) |
| CDI 0,61 | até o dia 19/jun. |
| OURO BM&F/grama | R$ 294,00 |
| EURO Comercial | Compra: 5,2133 Venda: 5,2239 |
| EURO turismo | Compra: 5,2466 Venda: 5,4266 |
| DÓLAR Ptax - BC | Compra: 4,7797 Venda: 4,7803 |
| DÓLAR comercial | Compra: 4,7745 Venda: 4,7751 |
| DÓLAR turismo | Compra: 4,7709 Venda: 4,9509 |

MERCADOS

# Dólar fecha no menor valor em mais de um ano; Bolsa sobe 0,92%

O dólar voltou a cair ontem e atingiu seu menor patamar desde maio de 2022, com a reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), que vai decidir a nova taxa básica de juros do Brasil amanhã, no radar dos investidores. A moeda americana fechou o dia em queda de 0,95%, cotada a R$ 4,776.

Já a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) retomou sua trajetória e subiu 0,92%, fechando a 119.857, seu melhor patamar desde maio do ano passado, após uma nova melhora nas projeções de inflação no boletim Focus, do BC.

Nos mercados futuros, os juros para 2024 e 2025 ficaram estáveis em 13,03% e 13,13%, respectivamente. Os com vencimento em 2026, no entanto, subiram de 10,50% para 10,52%.

No exterior, a moeda americana registrava leves ganhos contra uma cesta de divisas fortes, em dia de feriado nos Estados Unidos.

O Ibovespa (Índice Bovespa), por sua vez, registrou alta e fechou próximo aos 120 mil pontos, também apoiado pelas expectativas de melhora dos indicadores econômicos no Brasil e, em especial, pelas projeções de corte na Selic.

Apoiaram o índice altas de Petrobras (2,63%), B3 (1,16%) e Localiza (3,6%), que ficaram entre as mais negociadas da sessão. Os maiores ganhos do dia foram da JBS, que subiu 3,57% após anunciar um investimento de R$ 800 milhões para aumentar sua capacidade produtiva em Mato Grosso.

Na outra ponta, as ações da Vale pressionaram a Bolsa com queda de 0,21%, em dia de fraqueza nos contratos futuros do minério de ferro. Perdas de CVC (4,66%), Natura (2,37%) e Alpargatas (2,06%), que acumulam valorização de pregões anteriores, também puxaram o Ibovespa para baixo.

Nos Estados Unidos, os principais índices acionários não funcionam nesta segunda por conta do feriado americano.

PORTOS

# Governo reduz em até 95% tarifas no Rio e em Santos

O ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França, anunciou que o governo Lula (PT) vai reduzir as tarifas de embarque e desembarque dos portos de Rio de Janeiro e Santos (SP) para baixar os custos de produção.

Os descontos serão de até 65% em Santos e 95,5% no Rio de Janeiro. O percentual será definido com base no número de escalas que a embarcação fará, a pontuação no Índice Ambiental de Navios e o tipo de produto transportado.

O anúncio foi feito por França e Lula em vídeo publicado no sábado passado nas redes sociais. "Nós, em seis meses, estamos fazendo a redução das tarifas dos portos do Rio de Janeiro e de São Paulo, de Santos, que é muito importante para reduzir a inflação porque os portos que foram privados aumentaram os impostos", disse o ministro.

O presidente disse que o caso mostra a importância de o Estado ter "ascendência" sobre alguns serviços e produtos.

"Veja o que o Márcio falou: os portos privados aumentaram os impostos e os portos que são administrados pelo Estado baixaram os impostos. Por que isso? Porque nós queremos baratear o custo da produção nesse país. Nós queremos facilitar com que aqueles que produzem, aqueles que plantam, aqueles que colhem, aqueles que exportam, possam ganhar um pouco mais", completou Lula.

O Ministério de Portos e Aeroportos elaborou uma apresentação para detalhar como serão estipulados os descontos para as embarcações. O texto diz que o objetivo da proposta é "aumentar a eficiência portuária, por meio da modernização e inovação, tornando os terminais públicos mais competitivos".

As regras são diferentes nos portos do Rio de Janeiro e de Santos.

Em Santos, os descontos poderão chegar a até 65%. O cálculo terá como base o tipo de navegação e a frequência do uso do terminal pela embarcação.

Se a embarcação faz trajetos de longo curso, o desconto varia de 0% a 65%, com uma variação com base no número de escalas que o navio fará. Para os casos de transporte por cabotagem, a base de desconto será de 30%, e o teto, 65%.

Haverá ainda um adicional no desconto, a depender da pontuação ESI (sigla em inglês para Índice Ambiental de Navios). O percentual varia de 0% a 12% de acordo com o escore da embarcação.

Na PortosRio, autoridade portuária responsável pela gestão dos portos públicos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, os descontos podem chegar a até 95,5%.

Nesses portos, são considerados dois critérios para definir a taxa de desconto: a tonelagem e o produto transportado.

Em operações de longo curso, os descontos são para granéis sólidos (52,2%), granéis líquidos (44%), petróleo (61%), outros combustíveis (40,2%) e com outros fins (69,6%). O percentual varia ainda de acordo com a tonelagem de porte bruto da embarcação, com o desconto máximo (95,5%) para navios com mais de 80.001 toneladas.

Os descontos sofrem pequena variação para os casos de operação de cabotagem ou navegação interior.

2023

# Mercado eleva para 2,14% projeção do crescimento do PIB

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano subiu pela sexta vez seguida, passando de 1,84% para 2,14%. A estimativa está no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) é de crescimento de 1,2%. Em 2025 e 2026, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 1,7% e 1,99%, respectivamente.

Já a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) -considerada a inflação oficial do país- também está em queda e passou de 5,42% para 5,12% neste ano. Para 2024, a estimativa de inflação ficou em 4%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 3,8% para os dois anos.

A estimativa para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%. Segundo o BC, no último Relatório Trimestral de Inflação, a chance de a inflação oficial superar o teto da meta em 2023 é de 83%.

### JUROS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa está nesse nível desde agosto de 2022, e é a maior desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

Para o mercado financeiro, a expectativa é de que a Selic encerre 2023 em 12,25% ao ano. Para o fim de 2024, a estimativa é que a taxa básica caia para 9,5% ao ano.

EMBRAER

# BNDES aprova financiamento para exportação de jatos

ALANA GANDRA/ABRASIL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento, no valor de R$ 1,3 bilhão, para a exportação de onze jatos comerciais E-175 da Embraer para a empresa aérea norte-americana Alaska.

A empresa atende mais de 120 destinos nas Américas do Norte e Central, incluindo Havaí, Canadá, México, Costa Rica e Belize.

Esse é o primeiro financiamento do BNDES à exportação de aeronaves para o Alaska Air Group, que opera as companhias Alaska Airlines e Horizon. As aeronaves serão entregues entre 2023 e 2024 para a Horizon, no âmbito do contrato comercial celebrado previamente com a Embraer.

O financiamento cobrirá uma parcela do investimento total da Alaska na compra dos aviões. Os recursos serão desembolsados em reais, em favor da Embraer, por meio da linha BNDES Exim Pós-embarque. A importadora Horizon assumirá o compromisso de pagamento em dólares ao BNDES, gerando divisas nessa moeda para o Brasil.

O setor aeronáutico é considerado estratégico pelo banco, devido ao seu alto valor agregado em conteúdo tecnológico, inovação e capacitação de mão de obra. Como ocorre nas operações diretas do setor aeronáutico, as próprias aeronaves serão as principais garantias do financiamento.

### APOIO

O apoio do BNDES às exportações da Embraer teve início em 1997 e prevê condições de competitividade similares às de suas concorrentes internacionais, que contam com financiamentos dos bancos de desenvolvimento e agências de crédito à exportação dos seus respectivos países.

O presidente do BNDES, Aloízio Mercadante, destacou a parceria histórica do banco com a Embraer no apoio às exportações de aeronaves. Segundo Mercadante, isso permite manter empregos de alta qualificação no Brasil, "gerando investimentos expressivos e fortalecendo a posição do Brasil no mercado internacional". O ministro disse ainda que o apoio à exportação é essencial para impulsionar a competitividade nacional, gerar empregos e contribuir para a balança comercial.

MONTADORA

# Fiat 'abocanha' 26% do programa de carros populares

A Fiat, do grupo Stellantis, é a montadora que mais consumiu recursos do programa do governo Lula (PT) que busca reduzir o preço dos carros populares, com R$ 130 milhões em créditos tributários, o que representa 26% do total disponível.

A Fiat e a Renault são as duas montadoras que oferecem o maior desconto do programa. Há três versões do Fiat Mobi 1.0 Like Flex de quatro portas com o abatimento de R$ 8.000 e uma versão da Renault, o Kwid 1.0 Zen.

Neste fim de semana, o volume de recursos solicitados pelas montadoras para automóveis alcançou R$ 320 milhões. Com isso, já foram consumidos 64% do total de créditos tributários concedidos para a aplicação de descontos ao consumidor nessa modalidade em menos de 15 dias.

As informações foram atualizadas ontem pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Entre as outras montadoras que aderiram ao plano, a Volks solicitou R$ 50 milhões, a Peugeot Citroen teve R$ 40 milhões autorizados e a Renault somou R$ 30 milhões em créditos. Completam os pedidos GM e Hyundai com R$ 20 milhões cada; e Honda, Nissan e Toyota com R$ 10 milhões cada até o momento.

As montadoras podem pedir mais recursos na medida em que usarem os montantes solicitados até que o limite de R$ 500 milhões como crédito tributário para automóveis seja atingido.

A medida, prevista no lançamento para durar quatro meses, pode ser encerrada já nos próximos dias. Oficialmente, o governo nega as intenções de prorrogar o programa.

O pacote de desconto conta com 266 versões de automóveis e 32 modelos de nove montadoras. A lista foi atualizada na última sexta-feira, quando entraram mais 33 versões e um novo modelo –o Honda City nas versões Hatch EX e Sedan EX, com R$ 4.000 de desconto. Veja aqui a lista completa de carros com desconto.

Como a lista é dinâmica, outros modelos podem ser incluídos pelas montadoras a qualquer momento. Os descontos vão de R$ 2.000 a R$ 8.000, podendo alcançar valores maiores a critério das fábricas e concessionárias, e são válidos para veículos novos com preços de mercado até R$ 120 mil.

Menor preço, maior eficiência energética e maior densidade industrial (capacidade de gerar emprego e crescimento no entorno) foram os três critérios levados em conta para a definição das faixas de desconto. Quanto maior a pontuação nesses requisitos, maior o desconto aplicável.

O programa também é destinado para o barateamento de caminhões e ônibus, com descontos que vão de R$ 33,6 mil a R$ 99,4 mil. Ao todo, o programa soma R$ 1,5 bilhão em recursos –sendo R$ 500 milhões para carros. R$ 700 milhões para caminhões e R$ 300 milhões para ônibus.

Dez montadoras aderiram ao programa na modalidade ônibus e 13 na modalidade caminhões. Até o momento, o volume de recursos solicitados atingiu R$ 100 milhões para caminhões (14% do teto) e R$ 130 milhões para ônibus (43% do total disponível).

NOVAS AGÊNCIAS

# Correios anunciam R$ 350 mi em investimentos

Em meio ao avanço das companhias de entrega pelo Brasil, os Correios anunciam nesta semana o investimento de R$ 350 milhões para a construção de novas agências, modernização de centros operacionais e reforma das mais de 6.000 agências pelo país.

Segundo a estatal, o último grande centro operacional foi criado em Cuiabá (MT), em 2014. O pacote de investimentos também cumpre com um pedido feito pelo presidente Lula (PT), de fortalecer os Correios.

Para a capital federal, a previsão é de investir R$ 190 milhões na construção de um novo complexo, responsável por integrar as operações de tratamento das encomendas e um centro de logística integrada. De acordo com os Correios, será instalada uma máquina de triagem com capacidade para tratar 300 mil objetos por dia, promovendo um aumento de 700% em relação ao tratamento manual diário.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628
publicidade@diariodoacionista.com.br

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial
Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo
São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899
Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã 21º Tarde 12º Noite 5% 06:48 17:27 **OUTONO:** Sol com poucas nuvens. Não chove.

SUPERENDIVIDADOS

# Lula eleva a R$ 600 mínimo que bancos não podem mexer

O presidente Lula (PT) decidiu ontem elevar o mínimo existencial de R$ 303 para R$ 600. Este é o valor da renda mensal que os bancos não podem tomar de superendividados. "Assinei hoje a ampliação do valor do mínimo existencial para R$ 600, uma medida que aumenta a fatia da renda que não pode ser cobrada no crédito consignado ou bloqueada pelas instituições financeiras em caso de superendividamento", anunciou o petista pelas redes sociais.

O conceito do mínimo foi introduzido no Código de Defesa do Consumidor pela legislação dos superendividados aprovada em 2021.

Na prática, um indivíduo endividado que solicite uma audiência conciliatória para fazer uma nova proposta de pagamento das suas dívidas tem a garantia de que pelo menos R$ 303 não serão comprometidos e poderão ser utilizados para subsistência.

Segundo o presidente, "essa iniciativa faz parte de uma série de esforços do governo para garantir crédito e condições de consumo para o povo brasileiro, contribuindo para o aquecimento da economia".

Cálculos do Ministério da Fazenda na elaboração da medida previam que a medida pode atingir 14 milhões de brasileiros (5 milhões a mais do que atualmente), que terão direito a pleitear um procedimento especial de repactuação de dívidas com a União.

Segundo estimativas preliminares, o saldo sujeito a renegociação cresceria cerca de R$ 30 bilhões, passando de R$ 235 bilhões para R$ 266 bilhões. O valor de R$ 600 para o mínimo existencial foi definido pela Fazenda em conjunto com o Ministério da Justiça para equipará-lo ao piso do programa Bolsa Família.

A Fazenda havia anunciado a medida em abril. Na ocasião, o secretário de Reformas Econômicas, Marcos Pinto, afirmou que a medida "pode ser uma fonte de alívio para a população nesse momento".

Ele disse que o governo não espera efeitos adversos na concessão de crédito com o novo montante e não vê necessidade de ativar os bancos públicos. "A gente não acha que essa medida vai gerar racionamento de crédito. Hoje, as políticas de crédito dos bancos dificilmente permitem concessão de grandes volumes para pessoas nessa faixa de renda."

Ano passado, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) editou um decreto para regulamentar o mínimo existencial e estabeleceu que a quantia mínima que uma pessoa precisa para pagar despesas básicas é um quarto do salário mínimo, o que equivale a R$ 303.

Na época, o MPF (Ministério Público Federal) divulgou nota técnica em que contesta o valor. O texto dizia que a Lei do Superendividamento deveria servir para preservar os direitos do consumidor, mas que, da maneira como foi regulamentada por Bolsonaro, não garantia renda suficiente para os compromissos domésticos básicos e amplia as possibilidades de endividamento da população mais vulnerável.

POSTURA AGRESSIVA

# Light entra com processo contra agentes de debenturistas

A Light Holding, que faz parte do Grupo Light e está em recuperação judicial, entrou com um processo ontem na Justiça do Rio de Janeiro denunciando a "lastimável conduta" de agentes fiduciários, responsáveis por defender e assegurar os direitos dos debenturistas.

Em petição enviada à 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do RJ, e divulgada pelo ConJur, a Light alega que os agentes fiduciários vêm adotando "postura agressiva e pouco colaborativa", prejudicando as negociações dos debenturistas com a companhia de energia.

Segundo a empresa, a relação de credores da Light S.A. demonstra que os créditos decorrentes da emissão de debêntures --títulos de dívidas da empresa-- compõem em larga medida os cerca de R$ 11 bilhões de endividamento que levaram a elétrica ao processo de recuperação judicial.

Citada no processo como assessora financeira dos debenturistas, a BeeCap disse que os credores ainda não tinham se manifestado sobre o processo.

A Light alega ainda que a postura prejudicial desses agentes é contrária à sua atuação legal, porque age pelos interesses de apenas um grupo de debenturistas, em detrimento de todo o restante. "O interesse de todo credor é o recebimento de seu crédito, o que demanda atuação em favor da reestruturação (da empresa emissora das debêntures), e não ruidosamente contrária a ela", cita a empresa.

De acordo com a Light, a empresa não foi informada da realização da maior parte das assembleias de debenturistas e foi privada de acessar "informações e documentos relevantes e de interesse da coletividade de credores, impossibilitando que a Recuperanda e a Administração Judicial exerçam adequadamente suas funções no processo de soerguimento".

A companhia diz ainda que soube de muitas dessas assembleias posteriormente, por meio de "atas incompletas". Além disso, segundo a Light, as deliberações dessas assembleias são nulas, já que não respeitaram as regras formais mínimas para a sua realização, além das tentativas de redução de quórum, segundo a empresa.

A Light diz ainda que falta transparência na comunicação desses agentes com os credores da empresa, e os acusa de divulgar informações falsas.

Por fim, a Light denuncia as despesas excessivas e indevidas em todas as emissões de debêntures nas quais a elétrica consta como coobrigada, desde gastos com escritórios de advocacia até assessoria financeira e regulatória.

"O Grupo Light não teve acesso aos anexos das atas de assembleia para avaliar as propostas debatidas e tampouco foi informado sobre o critério que levou à escolha --se menor preço, expertise na área ou renome", diz a companhia.

Por isso, a empresa diz no processo que "não realizará quaisquer pagamentos relacionados às escrituras de debêntures neste momento".

VAREJO

# PicPay incorpora 2,5 milhões de clientes do Banco Original

A plataforma de serviços financeiros PicPay vai incorporar a operação de varejo do Banco Original, ambas empresas pertencentes à J&F Participações, holding que detém as empresas financeiras do grupo J&F. Fora da área financeira, o grupo também detém o controle do frigorífico JBS e da empresa de celulose Eldorado Brasil.

As contas de pessoa física cadastradas no Original passam a ser do PicPay, enquanto o banco se volta para a área de atacado, com clientes dos segmentos de pessoa jurídica, corporate e agro. O PicPay tem cerca de 33 milhões de clientes ativos e vai adicionar mais 2,5 milhões com a incorporação do varejo do Original.

Clientes do Original que ainda não tenham conta no PicPay precisam baixar o app e fazer login com os mesmos dados (CPF e senha). A partir de julho, todas as informações do usuário que estavam no banco serão automaticamente disponibilizadas no PicPay, que passará a ser utilizado para acessar a conta do cliente pessoa física. Caso já seja usuário do PicPay, não é preciso fazer nada.

Os usuários começaram a ser comunicados sobre a troca desde a última quinta-feira.

Os clientes de varejo atendidos até então pelo Original continuarão com acesso às mesmas funcionalidades, como cartão de crédito e débito, programa de pontuação, opção de conta compartilhada e gerente de atendimento. O mesmo vale para empréstimos e outros produtos financeiros.

De acordo com as empresas, o movimento tem como objetivo impulsionar cada uma das marcas no seu segmento mais forte --PicPay no varejo e Original no atacado--, aproveitar sinergias entre as operações para ganhar eficiência e acelerar o lançamento de novos produtos.

"À medida que os negócios se desenvolveram, entendemos que é a hora de ampliar a expertise de cada uma das companhias no seu segmento core e expandir ainda mais as operações", afirmou José Antônio Batista, presidente do conglomerado financeiro do grupo J&F, em nota.

O PicPay também oferece recursos adicionais em relação ao banco, como a conta digital com rendimento automático de 102% do CDI em 30 dias, investimentos, opção de movimentar todas as contas bancárias no mesmo app e ferramentas de gestão financeira.

"A vinda do varejo do Original acelerou o portfólio do PicPay. O maior beneficiado é o cliente, que, além de não ter nenhum prejuízo, ganha mais produtos e serviços para facilitar a sua vida", disse Eduardo Chedid, presidente do PicPay.

"Vamos dar continuidade a uma operação sólida e ampliá-la, com foco total nos negócios que deram origem à trajetória do banco e o transformaram em uma referência no mercado, no agronegócio, corporate e agora no [segmento de] empresas", afirmou Luiz Meneguetti, presidente do Banco Original.

BLOCOS

# Lula: UE não pode 'tentar ameaçar' o Mercosul

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a reclamar ontem das novas exigências da União Europeia para concluir o acordo de livre comércio com o Mercosul, afirmando que o bloco europeu "não pode tentar ameaçar" o sulamericano.

O mandatário afirmou que vai justamente discutir essas questões durante sua viagem à Europa, quando vai se reunir com o presidente francês, Emmanuel Macron.

"Vou almoçar com o Macron e eu quero discutir a questão do parlamento francês que aprovou o endurecimento do acordo Mercosul- União Europeia. Ou seja, a União Europeia não pode tentar ameaçar o Mercosul de punir o Mercosul se não cumprir isso ou aquilo", afirmou o presidente durante transmissão ao vivo.

"Se somos parceiros estratégicos. Vocês não têm que fazer ameaça", completou.

O presidente brasileiro se referia à aprovação pela Assembleia Nacional da França de uma resolução contra a ratificação do acordo comercial. Trata-se de uma resolução que não tem poder de lei, mas representa um revés político para as tratativas, tendo em vista o objetivo do brasileiro de concluir o tratado até o fim deste ano.

Os parlamentares franceses apontaram como motivo para essa resolução os prejuízos para produtores franceses por possível concorrência desleal, além de riscos ambientais.

Além disso, a União Europeia pressiona o Mercosul para incluir uma chamada "side letter", com novas exigências ambientais.

CIDADE DE SP

# Câmara adia votação definitiva de revisão do Plano Diretor

A Câmara Municipal de São Paulo adiou em dois dias a data prevista para votação definitiva da revisão do Plano Diretor. Em vez de amanhã, a previsão agora é votar na próxima sexta-feira.

O texto que será apresentado pelo vereador Rodrigo Goulart (PSD), relator do projeto, ainda não foi finalizado e ainda deve passar por ajustes finais.

Em uma entrevista coletiva, Goulart confirmou mudanças no texto que já havia antecipado.

O projeto de revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo deverá sofrer mudanças em relação ao substitutivo aprovado em primeira votação pela Câmara Municipal, disse ontem o relator do texto, vereador Rodrigo Goulart (PSD).

Goulart deu como certa a exclusão do artigo do substitutivo que anula a lei que impede a construção de prédios mais altos do que a torre de observação do Mirante de Santana, principal estação meteorológica da cidade de São Paulo.

Caso essas edificações fossem liberadas no entorno da estação, os dados coletados sofreriam influências como a retenção de calor nos prédios ao redor e mudança na velocidade e direção do vento, entre outras. Isso inviabilizaria a comparação das novas medições com a série histórica de 80 anos de dados climáticos da cidade, segundo o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia).

A Câmara também deverá retomar a proposta do prefeito Ricardo Nunes (MDB) que retira o incentivo para as vagas de garagens em microapartamentos, como são chamadas as unidades com menos de 35 metros.

A regra da prefeitura prevê uma vaga de garagem sem o custo da outorga onerosa, que é a taxa para construir acima da área do terreno, a cada 60 metros quadrados de área construída total.

Incentivos para a construção de edifícios nos miolos de bairros também serão reavaliados, segundo o vereador. Ele considera reduzir a área de influência dos eixos de transporte público, onde a isenção da outorga é maior e não há limite de altura, para um raio de 800 metros das estações de metrô.

No texto aprovado em primeira votação na Câmara, essa distância é de 1.000 metros. No plano que está em vigor desde 2014, esse raio é de 600 metros. Ou seja, o relator admite estabelecer um meio-termo.

O vereador ponderou, porém, que o programa federal Minha Casa Minha Vida considera 1.000 metros como uma "distância caminhável" até o transporte público.

A proposta deverá manter o aumento de 300 para 450 metros com estímulo ao adensamento construtivo no entorno dos corredores de ônibus.

O texto também deve retomar a obrigatoriedade de se pagar apenas em dinheiro a outorga onerosa, taxa que é cobrada para se construír além do limite básico. A primeira versão do texto continha um dispositivo que permitia às construtoras trocar a taxa em dinheiro pela realização de obras de urbanização, contratadas pelo município a preço de mercado.

BOLSONARO INELEGÍVEL

# Tarcísio busca blindagem de 2026 e mira reeleição

Se o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidir pela inelegibilidade de jair Bolsonaro, como apostam políticos e juristas, todos os olhos se voltarão para Tarcísio de Freitas (Republicanos), 47, o ex-ministro que se elegeu governador de SP graças ao apoio do ex-presidente.

Como o Palácio dos Bandeirantes é visto como catapulta para o do Planalto, Tarcísio vem se esquivando de um projeto nacional em 2026 desde antes de sentar-se na cadeira e, no que depender de seus auxiliares, não deve centrar esforços para se viabilizar à Presidência mesmo se a pressão aumentar.

No círculo próximo a Bolsonaro, Tarcísio é considerado o principal sucessor, que herdaria os votos e a liderança do ex-presidente no campo da direita. É também o que indicam pesquisas com eleitores. Apesar de o governador ter se movimentado para o centro, ele mantém a confiança de Bolsonaro, o que possibilitaria a passagem do bastão. Mas, se os bolsonaristas têm em Tarcísio uma tábua de salvação do seu futuro político, os planos de outro padrinho do governador, Gilberto Kassab (PSD), são diferentes. O secretário de Governo e outros auxiliares de Tarcísio defendem que ele permaneça oito anos no cargo, o que levaria o ex-ministro a disputar a Presidência somente em 2030 --mas ainda jovem, com 55 anos, e sem Lula no páreo direto.

Apesar de seu trânsito em Brasília, Kassab não se dedica a costurar uma candidatura nacional para Tarcísio. Pelo contrário, tem pilotado um plano de reeleição, já que a vitória é considerada garantida.

O próprio Tarcísio indica que seu caminho é a recondução, o que lhe permitiria entregar projetos de longa implantação no estado. Esse discurso é repetido de forma coordenada por seus aliados, que até sugerem outros presidenciáveis para substituir Bolsonaro.

## Nota

### USP RIBEIRÃO DISPONIBILIZA SÉRIE SOBRE FEBRE MACULOSA PARA CRIANÇAS

Pesquisadores da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo estão disponibilizando, gratuitamente, uma série de animações sobre febre maculosa para crianças de 6 a 12 anos. O material, dividido em 4 episódios, é acompanhado de um manual para educadores, com sugestões de atividades a serem realizadas em sala de aula. O material foi desenvolvido de forma interdisciplinar com participação de especialistas em pedagogia, psicologia e linguagem, e comunicação de crianças. "Optamos por trabalhar com crianças, uma vez que elas costumam brincar em áreas de risco e entrar em contato com o carrapato-estrela (transmissor da bactéria *Rickettsia rickettsii*, que causa a febre maculosa brasileira) e devem estar conscientes da importância da auto-inspeção, que é a busca do aracnídeo no corpo para a retirada correta, que evita a contaminação", disse Beatriz Rossetti Ferreira, veterinária, professora de Parasitologia.

PARANÁ

# Ex-aluno invade escola, mata estudante e fere outro em ataque a tiros

Um ataque a tiros no Colégio Estadual Professora Helena Kolody, em Cambé, no norte do Paraná, deixou uma aluna de 17 anos morta e outro estudante, de 16, ferido na manhã de ontem.

De acordo com o Governo do Paraná e a Polícia Militar, o autor do ataque é um ex-aluno de 21 anos. Ele foi preso e levado para Londrina (PR), cidade vizinha a Cambé.

A estudante Karoline Verri Alves morreu no ataque. Ela era coroinha na paróquia Santo Antônio de Cambé, onde seus pais atuam como coordenadores de uma comunidade católica. O outro estudante baleado era namorado de Karoline. Ele foi socorrido e seu estado de saúde é "gravíssimo", de acordo com a direção do HU-UEL (Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina), onde o adolescente está internado.

"No momento encontra-se em estado gravíssimo, em assistência ventilatória, sedado, monitorizado, sendo realizado todos os exames laboratoriais e tomografia computadorizada de crânio, sendo avaliado prontamente pela equipe da neurocirurgia", informou o hospital, em nota divulgada no início da tarde.

"A direção se solidariza com a família, presta todo o atendimento multiprofissional e de apoio, repudia qualquer tipo de violência e permanece vigilante no atendimento à condição clínica", acrescenta a nota.

De acordo com o delegado-chefe da Polícia Civil de Londrina, Fernando Amarantino Ribeiro, o ex-aluno disse que sofria bullying quando frequentou a escola (até 2014) e teria planejado o ataque nos últimos meses. À polícia o atirador afirmou que o ataque seria uma vingança pelas ofensas que sofreu no passado.

"Ele alega que, no período em que estudou no colégio, do 1º ao 7º ano, sofria bullying dos alunos que tinham a idade dele à época, 15 anos. O objetivo dele, hoje, era atacar jovens com essa faixa etária", disse o delegado.

Segundo Ribeiro, o atirador afirmou ter sido diagnosticado com esquizofrenia e passar por acompanhamento junto à Secretaria de Saúde de Rolândia (PR), outra cidade vizinha, onde mora. "Isso tudo vai ser averiguado, nomes dos profissionais, medicamentos. Ele alega que tem perturbações, v ê pessoas e coisas e ouve vozes. São as palavras que ele utilizou."

O atirador usou no ataque um revólver calibre 38, adquirido em Rolândia, e entrou na escola com 50 munições e sete carregadores. Segundo a polícia, ele também comprou uma machadinha recentemente, no último dia 10.

"O objetivo era entrar no colégio e matar o máximo de pessoas possíveis", acrescentou o secretário Teixeira, que foi até o local do crime.

Segundo ele, o ex-aluno entrou na unidade alegando que queria solicitar seu histórico escolar e foi ao banheiro antes de iniciar o ataque.

"Saindo do banheiro, ele já saiu em posse de uma arma de fogo, passou a efetuar disparos no corredor e foi até o fundo do colégio, onde havia alguns estudantes em atividades de educação física, vindo a atingir uma moça com um tiro na cabeça e um rapaz", afirmou o secretário.

O Colégio Estadual Professora Helena Kolody tem 632 alunos matriculados, dos ensinos fundamental e médio, segundo a Seed. As aulas foram suspensas nesta segunda em toda rede pública de Cambé e por tempo indeterminado na escola alvo do ataque.

Após a prisão em flagrante, materiais foram apreendidos na casa do atirador. "As polícias Civil e Militar estiveram na residência do rapaz, que tinha algumas anotações de cadernos apreendidos e encaminhados para a Polícia Civil para verificação de por que cometeu esse ato", disse o secretário Hudson Teixeira.

NA LISTA DA PF

# Exército mantém nas Forças Armadas militares golpistas

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, decidiu esperar os desdobramentos judiciais antes de tomar medidas administrativas contra os militares da ativa citados em relatório da Polícia Federal sobre os celulares do tenente-coronel Mauro Cid.

A avaliação, segundo interlocutores de Tomás ouvidos pela reportagem, é a de que não é possível somente com o relatório analisar a conduta de cada militar. Como resultado, a decisão interna é cooperar com as investigações e agir somente após a repercussão dos casos na Justiça.

Generais afirmam, porém, que os militares investigados deverão ter mais dificuldade para progredir na carreira e chegar ao generalato, já que o caso se tornou um constrangimento para a cúpula militar.

Procurado pela reportagem, o Exército afirma que ainda não foi "oficiado sobre as apurações realizadas nas investigações em andamento".

"Somente após ter conhecimento oficial acerca dos fatos citados será possível fazer uma avaliação da situação e a adoção de eventuais medidas administrativas que se façam necessárias", disse a Força em nota.

A reportagem identificou 11 militares da ativa no relatório da Polícia Federal. São oficiais que trocaram mensagens com Cid, foram citados por outros militares ou se manifestaram em grupo de WhatsApp.

Todos os oficiais foram procurados pela reportagem. O coronel Gian Demario da Silva respondeu que o grupo é antigo e mantém apenas "conversas e opiniões". A defesa de Cid disse que se manifestará somente nos autos. Os demais não se manifestaram.

**Os militares que estão no relatório da Polícia Federal, são:**

Tenente-coronel Mauro Cid

Ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro. Ele está preso desde maio. Tenente-coronel Marcelino Haddad Aquino Carneiro.

Tenente-coronel Fabiano da Silva Carvalho. Coronel Jean Lawand Junior. Lawand é o principal interlocutor de Cid nas mensagens destacadas pela Polícia Federal no relatório enviado ao STF (Supremo Tribunal Federal). Tenente-coronel Jorge Alexandre Oliveira de Medeiros de Souza. Coronel Gian Dermario da Silva. Coronel Anderson Corrêa dos Santos. Coronel Rodrigo Lopes Bragança Silva. Tenente-coronel Hélio Ferreira Lima. Ferreira Lima trabalhou no GSI (Gabinete de Segurança Institucional) no governo Bolsonaro. Coronel Felipe Guimarães Rodrigues.

ESTUPRO

# STF envia processo contra Bolsonaro à primeira instância

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou ontem para a Justiça do Distrito Federal a segunda ação penal na qual o ex-presidente Jair Bolsonaro é réu por incitação ao crime de estupro.

O caso envolve o discurso proferido por Bolsonaro no plenário da Câmara dos Deputados em dezembro de 2014, quando ele era deputado federal.

Na ocasião, o então parlamentar disse que só não estupraria a deputada Maria do Rosário (PT-RS) porque "ela não merecia". No dia seguinte, ele repetiu a declaração em entrevista ao jornal Zero Hora.

Após as declarações, Bolsonaro foi processado pelo Ministério Público Federal (MPF) e por Maria do Rosário.

A decisão de hoje envia o processo do MPF para Justiça do Distrito Federal. Na semana passada, o processo protocolado pela deputada também seguiu para a primeira instância.

Bolsonaro passou a responder às acusações no Supremo, mas o processo foi suspenso após ele assumir a Presidência da República, em 2019. Com o fim do mandato e do foro privilegiado, Toffoli determinou que o caso siga para a primeira instância da Justiça.

Após o episódio, a defesa de Bolsonaro alegou que ele não incitou a prática do estupro, mas apenas reagiu a ofensas proferidas pela deputada contra as Forças Armadas durante uma cerimônia em homenagem aos direitos humanos.

Para os advogados, o embate entre Maria do Rosário e Bolsonaro ocorreu dentro do Congresso e deveria ser protegido pela regra constitucional da imunidade parlamentar, que impede a imputação criminal quanto às suas declarações.

CURITIBA

# CNJ apura indícios de gastos de R$ 1 bilhão sem lastro na Lava Jato

Técnicos do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) responsáveis pela correição extraordinária nos tribunais da Lava Jato analisam indícios de gastos de quase R$ 1 bilhão sem comprovação.

Os juízes deslocados para a ação analisam documentos e planilhas e ouvem depoimentos de servidores para avaliar se os trabalhos estão regulares.

Mesmo com as mudanças no comando da 13ª Vara Federal de Curitiba, a auditoria vai continuar tanto na primeira quanto na segunda instância responsáveis pela operação.

Como revelou a coluna Painel, da Folha de S.Paulo, a juíza Gabriela Hardt teve seu pedido atendido para ser removida a uma turma recursal. Em seu lugar entra Fábio Nunes de Martino, da 1ª Vara Federal de Ponta Grossa (PR), e o juiz substituto Murilo Scremin Czezacki, da 2ª Vara Federal de Cascavel.

Os valores sob suspeição são oriundos de bens apreendidos e acordos de leniência. Só os acordos já movimentaram cerca de R$ 6 bilhões.

Além dos gastos, há suspeitas de infrações menores como destinação indevida de valores para o Judiciário, polícia e Ministério Público.

Inicialmente, cerca de R$ 300 milhões em depósitos judiciais feitos por determinação da Lava Jato estavam no centro da correição extraordinária na 13ª Vara da Justiça Federal em Curitiba e do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), responsáveis pela operação.

Também havia a intenção de avaliar com especial atenção os acordos de cooperação internacional e a forma como foram conduzidas as delações premiadas.

VAGA

# Advogada é a mais votada da lista sêxtupla da OAB para STJ

A advogada Daniela Teixeira, do Distrito Federal, foi a candidata mais votada da lista sêxtupla da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) para uma ocupar uma vaga no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Ela, que ocupou diversos cargos na Ordem, é a única mulher da lista e aparece no topo, com 28 votos. Atrás de Daniela ficaram Luiz Cláudio Chaves, com 27 votos, Luiz Cláudio Allemand, com 26, Otávio Rodrigues, com 26, André Godinho, com 26 e Márcio Fernandes, com 23.

A entidade escolheu ontem a lista sêxtupla que enviará ao STJ para o preenchimento de uma vaga destinada aos advogados no tribunal, o chamado quinto constitucional.

O STJ depois faz uma lista tríplice e envia a Lula (PT), que indica um dos integrantes da lista para o cargo.

Daniela Teixeira é integrante do grupo Prerrogativas, composto por advogados, juristas e defensores públicos, que foi um dos maiores críticos da Lava Jato e apoio a candidatura de Lula à Presidência -- parte de seus integrantes está no governo do petista.

"O grupo acompanhou o processo desde o início e comemorou o resultado da votação", diz à coluna Mônica Bergamo, da Folha de S.Paulo, o advogado Marco Aurélio de Carvalho, coordenado do Prerrogativas.

Apesar da forte campanha de movimentos sociais pela indicação de uma mulher, Lula não pretende adotar esse critério como exclusivo para as futuras escolhas de magistrados de tribunais regionais e de cortes superiores -embora esteja atento à necessidade de aumentar a pluralidade das Cortes, segundo interlocutores dele.

Como revelou a coluna Mônica Bergamo, o presidente pretende indicar pessoas para quem possa "telefonar". Ainda que não sejam suas amigas, ele precisa ter ao menos alguma proximidade, suficiente para conhecer bem o pensamento de quem vai indicar.

SAÚDE

# Governo federal fornecerá absorvente gratuitamente para 24 milhões de pessoas

O governo federal divulgou ontem uma portaria interministerial com critérios para a distribuição gratuita de absorventes no Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual.

A intenção é garantir absorventes a cerca de 24 milhões de pessoas em condição de vulnerabilidade social.

O público-alvo é formado pela população registrada no Cadastro Único e abrange também pessoas em situação de rua ou de pobreza. Inclui também estudantes matriculadas na rede pública de ensino estadual, municipal ou federal, em todas as modalidades de ensino, que pertençam a famílias de baixa renda, assim como aquelas que estejam no sistema penal ou cumprindo medidas socioeducativas.

Os absorventes poderão ser distribuídos em estabelecimentos da Atenção Primária à Saúde e escolas da rede pública, além de unidades da rede de acolhimento do Suas (Sistema Único de Assistência Social), presídios, instituições para cumprimento de medidas socioeducativas e outros equipamentos que atendam às especificações do programa.

O governo também prepara campanhas publicitárias para esclarecer o público sobre os temas relativos à dignidade menstrual, combater desinformações sobre o tema e produzir materiais gráficos para divulgar o programa. Estão previstas ainda ações de capacitação de agentes públicos para disseminar informações e serviços sobre o assunto.

A portaria interministerial é assinada pelos ministros Nísia Trindade (Saúde), Cida Gonçalves (Mulheres), Camilo Santana (Educação), Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública), Silvio Almeida (Direitos Humanos e Cidadania) e Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome).

"A dignidade menstrual é uma questão que envolve aspectos de saúde pública, educação, cidadania e autoestima. Há milhares de pessoas que menstruam sem acesso a absorventes.

Em consequência, meninas deixam de frequentar aulas por vergonha, e mulheres usam formas inadequadas de contenção do fluxo, como papel higiênico e até miolo de pão", disse o Ministério da Saúde, em nota.

PROGRAMA

# Ministério cria mais 10 mil vagas para o Mais Médicos

O Ministério da Saúde anunciou ontem que o programa Mais Médicos terá um aumento de 10 mil novas vagas. A abertura será direcionada para todo o país e é da modalidade de coparticipação, uma parceria que ocorre entre a pasta e a cidade que reivindica os profissionais. Os municípios com maior fragilidade terão preferência para as novas vagas. Aqueles com índices mais críticos de vulnerabilidade, por exemplo, podem até dobrar o número de profissionais nas equipes de saúde da família por intermédio do programa.

Todas as gestões municipais podem solicitar as novas vagas para profissionais do programa até dia 27. Nos moldes de coparticipação, o ministério utiliza o valor da bolsa-formação dos médicos como desconto no piso repassado para o custeio da atenção primária no município.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3923-5158 96865-1628

## L´Expert Turismo Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 27.314.884/0001-05

**Edital Convocação para Assembleia Geral Extraordinária**

Administrador da empresa **L´Expert Turismo Brasil S.A.**, CNPJ/MF Nº 27.314.884/0001-05, com sede na Rua Quinze de Novembro, 106, sala 309, Niterói, RJ, CEP 24.020-125, no uso de suas atribuições e prerrogativas estatutárias, convoca os sócios para que compareçam na AGE da empresa **L´Expert Turismo Brasil S.A.**, que será realizada no dia **26/06/2023, às 10:00** em primeira convocação ou **às 11:00 em segunda convocação**, para deliberarem sobre: (i) aprovação de empréstimo no valor de USD 769,749.86 realizados por **Condor Travel S.A.C.** sociedade estrangeira com sede na Cidade de Lima, Peru, Av. José Pardo 801, Miraflores, 15074, CNPJ/MF nº 26.662.982/0001-70 em favor da Sociedade. Local da AGE: Avenida Presidente Wilson, 231 SL 911. Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20030-021ou via link no ("https://bit.ly/Acesseaqui-AGE-26-06-23"). **L'expert Turismo Brasil S.A., Fabio Sepulveda Jardino.** (16, 17 e 20/06/2023)

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

MINISTÉRIO DA DEFESA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO N° 12/2023

A União por intermédio da Escola Superior de Guerra – Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado na Portaria ESG - N° 2621, de 10 de maio de 2023, que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo Menor Preço do Grupo, tendo por finalidade a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS CONTINUADOS DE APOIO NA COPA E COZINHA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA PARA ATENDER A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA.** A sessão pública será realizada no dia **29 de junho de 2023, às 09:00**, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (**www.comprasgovernamentais.gov.br**).

## QUEIROZ GALVÃO Desenvolvimento de Negócios S.A.

CNPJ 02.538.768/0001-49 - NIRE 3330016739-1

**Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 18 de Maio de 2023**

**Local, Dia e Hora:** Sede da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. ("Companhia"), na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia nº 651, pav. 20, parte, Centro, CEP 20021-903, no dia 18 de maio de 2023, às 10:00 horas. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da acionista única, que representa a totalidade do capital social da Companhia, na forma do § 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Mesa:** Presidente: André de Oliveira Câncio; e Secretário: Leandro Luiz Gaudio Comazzetto. **Publicação do Realatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Relatório da Auditoria:** Jornal Diário do Acionista, dos dias 13, 14 e 15 de maio de 2023. **Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2022. **Deliberações:** A acionista única adotou as seguintes resoluções: a) Nos termos do § 4º do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, considerar sanada a inobservância do prazo previsto para publicação dos documentos listados nos itens I, II e III do mesmo artigo; b) Sem restrições ou ressalvas, aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, constantes do Anexo I, com o respectivo parecer dos auditores independentes, não havendo resultados a serem distribuídos, face ao prejuízo apurado no exercício; e c) Aprovar a lavratura sumariada da ata desta assembleia geral, determinando o arquivamento na Companhia, depois de rubricados pela mesa, dos documentos que interessam à assembleia realizada. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: André de Oliveira Câncio; Secretário: Leandro Luiz Gaudio Comazzetto. Acionista: Queiroz Galvão S.A., por André de Oliveira Câncio e Leandro Luiz Gaudio Comazzetto. Mesa: André de Oliveira Câncio - Presidente, Leandro Luiz Gaudio Comazzetto - Secretário. Jucerja. Certifico o arquivamento em 16/06/23 sob o número 00005530581 e demais constantes do termo de autenticação. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

## VARELLA E DAMAZIO ASSISTÊNCIA FISIOTERAPEUTICA LTDA.

CNPJ 09.572.294/0001-09 – Matrícula RCPJ 229352

**CONVOCAÇÃO** - Ficam os sócios convocados para a Assembleia de Sócios, às 11h do dia 30.06.2023, na Av. Almirante Barroso, nº 00081, sala 2401, Centro/RJ, cuja ordem do dia é o ingresso e retirada de sócios. RJ, 16.06.2023. Sócia Adm. Luciana Damazio de Noronha Presto.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O **SINDEERH-RJ - Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro**, com sede na Rio Branco n. 156, 32º Andar, Sala 3229, Ed. Central, Centro/RJ,inscrito no CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso das suas atribuições Estatutárias, convoca todos os funcionários das Empresas,CNS NACIONAL DE SERVICOS LIMITADA, CNPJ. 33.285.255/0001-05, filiados e não filiados, para participarem da **Assembléia Geral Extraordinária se realizará no dia, 21/06/2023, às 10h00 (horário de Brasília) em 1ª convocação, às 10h30 (horário de Brasília) em 2ª e última convocação**, com qualquer número de presentes, para tratar da seguinte, **ORDEM DO DIA: A)** Aprovar e autorizar o Sindicato assinar o Aditivo de reajuste salarial ano 2023/2024, citada acima **B)** Aprovar e autorizar a empresa o desconto de R$10,00 (dez reais), mensais para todos os funcionários, inclusive os temporários. C) Assuntos gerais. Rio de janeiro, 19 de Junho de 2023. **Lindenberg Barbosa da Silva** – Presidente.

## CYMI SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME Nº 42.471.899/0001-70 NIRE 33.3.0033890-0

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 25/05/2023:** **DATA, HORA E LOCAL:** Em 25/05/2023, às 16:30 horas, na sede **CYMI SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, localizada na Avenida Presidente Wilson, nº 231, salas 1.703 (parte) e 1.704 (parte), Edifício Palácio Austregésilo de Athayde, Centro, Município do RJ, Estado do RJ, CEP 20030-095 ("Companhia"). **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** As formalidades de convocação foram dispensadas, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("LSA"), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, Cymi Construções e Participações S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, salas 1.701 (parte), 1.703 (parte) e 1,704 (parte), Edifício Palácio Austregésilo de Athayde, Centro, Município do RJ, Estado do RJ, CEP 20030-021, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 07.003.107/0001-32, Presente, ainda, o representante da Ernst & Young Auditores Independentes, Sr. Ricardo Gomes Leite. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko, que convidou o Sr. Germán Sánchez González para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA: 1)** Leitura e aprovação das demonstrações financeiras e das contas da administração referentes ao exercício social findo em 31/12/2022; **2)** Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **3)** Instalação do Conselho Fiscal e **4)** Autorização para a administração da Companhia praticar todos e quaisquer atos para o registro e a publicação da presente nos órgãos próprios. **PUBLICAÇÕES:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022 foram previamente remetidos aos acionistas e publicados no Jornal Diário do Acionista, em 25/05/2023. **DELIBERAÇÕES:** Diante da presença da totalidade dos acionistas, que consideraram sanadas a inobservância dos prazos e a falta de publicação dos anúncios referidos no art. 133 da Lei das Sociedades por Ações, conforme autorizado pelo art. 133, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, foram tomadas as seguintes deliberações pela unanimidade dos Acionistas, sem restrições: **(1)** Aprovação das contas da administração e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, conforme publicação no Jornal Diário do Acionista, em 25/05/2023, às fls. 1 e 2; **(2)** Em virtude de a Companhia ter apresentado prejuízo no exercício de 2022 no montante de R$ 25.610.802, não houve a destinação de reserva de lucros. Fica expressamente consignado que, em comum acordo, os acionistas abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiro estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia. **(3)** Não instalação do Conselho Fiscal; e **(4)** Autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia geral extraordinária, da qual se lavrou a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada em livro por todos os presentes. Presentes: (i) Mesa: Carlos Eduardo Assumpção Olesko–Presidente da Mesa; Germán Sánchez González–Secretário da Mesa; e (ii) Acionista: Cymi Construções e Participações S.A. (p. Carlos Eduardo Assumpção Olesko e Germán Sánchez González)–Acionista. Certificamos que a presente é cópia fiel extraída do Livro de Atas de Assembleias Gerais da CYMI Construções e Participações S.A. RJ, 25/05/2023. Carlos Eduardo Assumpção Olesko - Presidente; Germán Sánchez González - Secretário; Cymi Construções e Participações S.A. Carlos Eduardo Assumpção Olesko/Germán Sánchez González. Bruna Lage Richter - OAB/RJ 158.899. Jucerja nº 5529869 em 15/06/2023.

DOENÇA

# Governo confirma mais dois casos de gripe aviária no RJ

O governo do estado do Rio de Janeiro confirmou mais dois casos de gripe aviária H5N1 em aves silvestres migratórias da espécie trinta-réis-de-bando, no bairro da Ilha do Governador, zona norte da capital, e em Angra dos Reis, litoral da Costa Verde. Com isso, o total de casos sobe para dez. No entanto, não há registro de pessoas contaminadas.

As secretarias de Estado de Saúde (SES) e de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (Seappa) orientam a população a não tocar em aves silvestres com sinais de doença. O cidadão deve ligar para o número 193, do Corpo de Bombeiros ou comunicar imediatamente à unidade da Defesa Agropecuária da região ou à Coordenação de Vigilância Ambiental de seu município. O contato só pode ser feito por profissionais habilitados e com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

### INFECÇÃO

A gripe aviária não é transmitida pelo consumo de carne de aves e nem de ovos. As infecções humanas pelo vírus da Influenza Aviária ocorrem por meio do contato direto com aves infectadas (vivas ou mortas).

Dos dez casos registrados no estado, quatro foram em São João da Barra; dois em Niterói; um em Cabo Frio; dois na cidade do Rio de Janeiro; e um em Angra dos Reis. Técnicos da Vigilância em Saúde da SES-RJ ressaltam que não há motivo de preocupação para a população sobre epidemia de H5N1, pois até o momento não há transmissão direta, de pessoa para pessoa.

## Nota

### JUSTIÇA AUTORIZA TRANSFERÊNCIA DE TRAFICANTES E MILICIANOS PRESOS NO RJ PARA PRESÍDIOS FEDERAIS

A Justiça do RJ determinou ontem a transferência de 26 presos para unidades federais. A lista inclui condenados por tráfico de drogas e por participarem de milícias. A decisão é do juiz Marcel Laguna Duque Estrada, da Vara de Execuções Penais. Entre os acusados de serem milicianos estão Edmilson Gomes Menezes, o Macaquinho; Rodrigo Santos, o Latrell; e André Costa Bastos, o Boto. Já entre os tráficantes está o detento apontado como um dos chefes da facção criminosa Comando Vermelho, Marco Antônio Pereira Firmino, o My Thor.

# COMPANHIA PALMARES HOTÉIS E TURISMO S.A.

CNPJ: 33.791.591/0001-11–NIRE: 33.3.0011888-8

**Balanço patrimonial em 31/12/22 e de 2021 (Em mR$)**

| | 31/12/22 | 31/12/21 |
|---|---|---|
| Ativo | 177.478 | 160.909 |
| Ativo Circulante | 53.989 | 30.772 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 27.865 | 6.540 |
| Contas a receber | 15.006 | 13.267 |
| Estoques | 1.992 | 1.612 |
| Adiantamentos | 922 | 809 |
| Despesas antecipadas | 1.262 | 1.498 |
| Impostos a recuperar | 3.539 | 3.306 |
| Contas a receber–partes relacionadas | 3.403 | 3.740 |
| Ativo não Circulante | 123.489 | 130.137 |
| Depósitos judiciais | 4.009 | 3.159 |
| Impostos a recuperar | 4.428 | 5.689 |
| I.R. e C.S. diferidos | 19.037 | 19.165 |
| Imobilizado | 96.015 | 102.124 |
| Passivo e Patrimônio Líquido | 177.478 | 160.909 |
| Passivo Circulante | 35.915 | 26.957 |
| Fornecedores | 3.836 | 2.780 |
| Adiantamento de clientes | 4.670 | 3.737 |
| Obrigações trabalhistas | 3.510 | 2.348 |
| Tributos a recolher | 659 | 603 |
| Comissões de agências de viagens | 727 | 1.360 |
| I.R. e C.S. | - | 4 |
| Outras contas a pagar | 6.871 | 6.921 |
| Dividendos a pagar | 6.672 | - |
| Contas a pagar–partes relacionadas | 8.970 | 9.208 |
| Passivo Não Circulante | 4.062 | 3.602 |
| Provisão para riscos judiciais | 4.062 | 3.602 |
| Patrimônio líquido | 137.501 | 130.349 |
| Capital social | 132.984 | 132.984 |
| Reserva de investimentos | 3.952 | - |
| Reserva legal | 565 | - |
| Prejuízos acumulados | - | (2.635) |

**Demonstração do resultado 31/12/22 e de 2021**

| (Em mR$, exceto resultado por ação) | 31/12/22 | 31/12/21 |
|---|---|---|
| Receita Operacional Líquida | 147.824 | 74.984 |
| Custos Das Vendas E Serviços Prestados | (52.956) | (30.462) |
| Lucro Bruto | 94.868 | 44.522 |
| Despesas Operacionais | | |
| Despesas com pessoal | (15.112) | (11.049) |
| Despesas gerais e comerciais | (64.612) | (39.250) |
| | (79.724) | (50.299) |
| Resultado Financeiro | | |
| Despesa financeira | (130) | (127) |
| Receita financeira | 293 | 158 |
| Variações monetárias e cambiais–líquida | (440) | (845) |
| | (277) | (814) |
| Resultado antes do I.R. e da C.S. | 14.867 | (6.591) |
| I.R. e C.S. – Corrente | - | - |
| I.R. e c.S. – Diferido | (913) | 7.393 |
| Lucro líquido do exercício | 13.954 | 802 |
| Quantidade de ações–média ponderada | 116.867 | 116.867 |
| Resultado por Ação–em R$ | 0,12 | 0,01 |

**Demonstração do resultado abrangente em 31/12/22 e de 2021 (Em mR$)**

| | 31/12/22 | 31/12/21 |
|---|---|---|
| Lucro Líquido do Exercício | 13.954 | 802 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | 13.954 | 802 |

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/22 e de 2021**

| (Em mR$) | Capital | Ações em tesouraria | Reserva legal | Reserva de investimentos | Lucros (prejuízos) acumulados | Total do Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31/12/2020 | 133.085 | (101) | - | - | (3.437) | 129.547 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 802 | 802 |
| Saldos em 31/12/21 | 133.085 | (101) | - | - | (2.635) | 130.349 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 13.954 | 13.954 |
| Reserva legal | - | - | 565 | - | (565) | - |
| Dividendo mín. obrigatório | | | | | (861) | (861) |
| Dividendo adic. proposto | | | | | (5.941) | (5.941) |
| Reserva de investimentos | - | - | - | 3.952 | (3.952) | - |
| Saldos em 31/12/22 | 133.085 | (101) | 565 | 3.952 | - | 137.501 |

**Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/22 e de 2021 (Em mR$)**

| Fluxo de caixa das atividades operacionais | 31/12/22 | 31/12/21 |
|---|---|---|
| Lucro (prejuízo) antes do I.R. e C.S. | 14.867 | (6.591) |
| I.R. e C.S. | (913) | 7.393 |
| Lucro líquido do exercício | 13.954 | 802 |
| Depreciação e amortização | 10.639 | 9.702 |
| Provisão (reversão) estimada em crédito de liquidação duvidosa | 42 | (331) |
| Provisão (reversão) para riscos judiciais | 460 | (19.891) |
| Resultado ajustado | 25.095 | (9.718) |
| Redução (aumento) nos ativos operacionais | | |
| Contas a receber | (1.781) | 47.589 |
| Estoques | (380) | 297 |
| Adiantamentos | (113) | 1.452 |
| Despesas antecipadas | 236 | (880) |
| Impostos a recuperar | 1.028 | 1.644 |
| Depósitos judiciais | (850) | 15.703 |
| Partes relacionadas | 337 | (245) |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais | | |
| Fornecedores | 1.056 | (13.649) |
| Adiantamento de clientes | 933 | (30.499) |
| Obrigações trabalhistas | 1.162 | (31) |
| I.R. e C.S. | - | (7.393) |
| Imposto diferido | 128 | - |
| Tributos a recolher | 56 | 231 |
| Comissões de agências de viagens | (633) | 970 |
| Outras contas a pagar | (55) | 1.563 |
| Partes relacionadas | (238) | 745 |
| Dividendos pagos | (130) | (4.992) |
| I.R. e C.S. pagos | 4 | (4) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 25.855 | 2.787 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | (4.530) | (14.832) |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado | (4.530) | (14.832) |
| Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa | 21.325 | (12.045) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 6.540 | 18.585 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 27.865 | 6.540 |

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31/12/22 e de 2021 (Em mR$, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Informações Gerais:** A Companhia Palmares Hotéis e Turismo S.A. ("Companhia ou Hotel") tem como objeto social a construção, ampliação, reforma, administração de hotéis, hotéis residenciais, condomínios, a sua plena exploração e operação industrial e comercial, a prática de atividades que se assemelham a esses fins, inclusive fornecimento de alimentos e bebidas, bem como a indústria e o comércio de hotelaria, gerenciamento e franquia, em todos os seus aspectos. A sede da Companhia fica no Estado e Cidade do Rio de Janeiro–RJ. **2. Base de Apresentação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis–CPC–PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Data de aprovação das demonstrações contábeis:** A autorização de emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 29 de maio de 2023. **3. Opinião Auditores:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Palmares Hotéis e Turismo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Palmares Hotéis e Turismo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-025.583/O-1. Marcio Romulo Pereira Contador CRC 1RJ- 076774-O–7. **4. Sumário das Principais Práticas Contábeis Adotadas:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao, ou deduzidos do, valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Classificação dos ativos e passivos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira. A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento. Para todos os outros instrumentos financeiros, a Companhia reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Baixa de ativos e passivos financeiros: A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **c) Contas a receber:** Representam direitos a cobrar de terceiros e originam-se do curso normal das operações da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo de acordo com as condições contratadas e ajustados pelos montantes estimados de eventuais perdas. A Companhia tem uma política para a constituição da Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) onde é calculado 3% sobre a média dos últimos 12 meses do saldo de clientes (exceto cartões de crédito). **d) Estoques:** Referem-se a alimentos, bebidas e outros itens necessários ao atendimento dos hóspedes durante sua estada ou à realização de eventos e são avaliados com base no custo médio de aquisição, que não excede o seu valor realizável líquido. **e) Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável ("impairment"). Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, a partir do dia em que a construção é finalizada. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

| | |
|---|---|
| Edifícios | 25 anos |
| Máquinas e equipamentos | 10 anos |
| Móveis e utensílios | 10 anos |
| Veículos | 5 anos |

**f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **g) Provisões:** • Geral: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. • Contingências: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **h) Reconhecimento da receita:** As receitas de diárias e serviços hoteleiros tais como venda de alimentos e bebidas, aluguéis de salões e eventos, utilização de internet, telefone, estacionamento e lavanderia são mensuradas ao valor justo e reconhecidas no resultado quando: (a) o montante da receita puder ser mensurado com confiabilidade; (b) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (c) custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. **i) Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Entretanto, a partir de março de 2022, a Lei nº 14.148/2021 estabeleceu ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de hotelaria em geral para compensar os efeitos decorrentes das medidas de isolamento ou os de quarentena realizadas para enfrentamento da pandemia da Covid-19. Dos principais benefícios da Lei foi a redução a 0% (zero por cento) das alíquotas do IRPJ e da CSLL pelo prazo de 60 (sessenta) meses. **j) Imposto Diferido:** A Companhia constituiu imposto diferido ativo sobre as adições e exclusões temporárias e prejuízos fiscais considerando seu histórico de lucratividade e expectativas futuras de lucratividade. O cálculo é efetuado considerando a alíquota de 34% que é o somatório das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. **k) Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações contábeis. **l) Resultado básico por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. **m) Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com Seção 07–Demonstração dos Fluxos de Caixa do CPC PME. **5. Coisa julgada:** Alinhado ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), como conclusão dos julgamentos dos recursos extraordinários que discutem os limites da coisa julgada em matéria tributária (RE 949.297 e do RE 955.227, elencados nos Temas 881 e 885 da repercussão geral), na qual houve entendimento pela cessação de efeitos da coisa julgada de forma automática nos casos em que houver nova decisão em sentido contrário do STF, confirmamos nosso entendimento de que não há temas de ordem tributária vinculados à nossa escrita fiscal que tenham sido objeto de processos judiciais com trânsito em julgado individual, em relação aos quais estejamos fruindo os efeitos, que foram ou, eventualmente, ainda que de forma hipotética, possam vir a ser matéria de nova avaliação pelo STF em sede eficácia geral, pelo que confirmamos não haver quaisquer considerações ou efeitos a serem considerados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ora apresentadas.

**Diretora Financeira – Veronica Aparecida do Nascimento Nogueira**
**Responsável Legal – Sintia Gomes Freire da Silva**
**Contador – Marcus Vinicius Paiva Martins CRC RJ-130173/O-8**

**OUTONO:** Sol com poucas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 28º 13º 5% 06:33 17:17

SEGURANÇA

# Governo libera recursos para construção de presídios no RJ

VITOR ABDALA/ABRASIL

Os governos federal e do Rio de Janeiro assinaram ontem acordos na área de segurança pública. Entre eles está o repasse de recursos para a construção de dois presídios no estado.

As duas unidades terão capacidade para receber até mil detentos. Uma delas será de segurança máxima e poderá abrigar 200 presos. A outra, de segurança média, poderá receber 800 pessoas.

Também foi acertada a transferência de 31 presos de alta periculosidade do Rio de Janeiro para penitenciárias federais em outros estados.

"Inicialmente, são 31 vagas no sistema penitenciário federal, mas a secretária (estadual de Administração Penitenciária do Rio, Maria Rosa Nebel) sabe que ela tem um crédito ilimitado no sistema penitenciário federal. Todas as transferências que forem necessárias e autorizadas pela Justiça serão feitas", disse o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino.

Segundo o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, os presos que serão transferidos ainda estão sendo definidos junto ao Ministério Público e à Vara de Execuções Penais.

## ROUBO DE CARGAS

O Ministério da Justiça também assinou acordo de parceria para uma operação conjunta contra o roubo de cargas no estado.

"O roubo de cargas foi uma prioridade definida pela governador do Rio de Janeiro. Ele definiu esse como o primeiro tema das operações integradas. Haverá outras", disse Dino. "Nenhuma atividade criminosa hoje é isolada de outras que compõem uma espécie de ecossistema criminoso", acrescentou.

Em cerimônia, o Também foi assinado um acordo para a construção da Casa da Mulher Brasileira, equipamento de proteção a mulheres vítimas da violência.

O Ministério da Justiça também firmou parcerias com as universidades federais do Rio de Janeiro (UFRJ) e Fluminense (UFF) para fortalecer pesquisas voltadas para a redução da violência.

CANTAREIRA ENERGIA

**CANTAREIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**
Companhia Fechada
CNPJ nº 20.732.109/0001-20
NIRE 33.3.0034231-1

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA SÉRIE ÚNICA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CANTAREIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "Debenturistas") da série única da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única da Cantareira Transmissora de Energisa S.A. ("Emissão", "Debêntures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cantareira Transmissora de Energia S.A.*", celebrada em 6 de dezembro de 2017, entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme aditada ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente) para se reunirem em primeira convocação, no dia 27 de junho de 2023, às 15:00 horas, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma "Microsoft Teams", com o *link* de acesso a ser encaminhado pela Companhia aos Debenturistas habilitados, nos termos do artigo 70, inciso I, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA**:

**(1)** consentimento prévio para a realização de operação que resulte em alteração de controle acionário direto de uma das fiadoras da Emissão, qual seja a Companhia Paranaense de Energia – Copel ("Copel"), e, portanto, do controle acionário indireto da Companhia, em razão da potencial transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (corporação), transformação essa a ser realizada envolvendo oferta pública de distribuição de ações ordinárias e/ou certificados de depósito de ações (*units*) de emissão da Copel ("Potencial Operação"), de modo que a Potencial Operação não configure um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Cláusula 4.1.2 (xxvi) da Escritura de Emissão.

**(2)** autorização para o Agente Fiduciário praticar, em conjunto com a Companhia, todos os demais atos eventualmente necessários de forma a refletir as deliberações tomadas de acordo com o item (1) acima.

Em contrapartida pelos consentimentos prévios solicitados nos termos deste edital de convocação, poderá ser deliberado na AGD o pagamento de contraprestação econômica aos Debenturistas relativa a cada consentimento, nos prazos, montantes e formas a serem definidos de comum acordo entre a Companhia e os Debenturistas na AGD, por meio do pagamento de *waiver fee*, sendo certo que tal contraprestação econômica estará condicionada ao sucesso da Potencial Operação.

Informações Gerais:

Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "Microsoft Teams" deverão solicitar o cadastro para a Companhia com cópia para o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos luiz.leite@celeogroup.com, ri@copel.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente com antecedência de até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do debenturista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo.

Nos termos do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a AGD, por meio da plataforma "Microsoft Teams", também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu website https://www.celeogroup.com/?lang=pt-br, bem como no website ri.copel.com e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Companhia e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos luiz.leite@celeogroup.com, ri@copel.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia.

Nos termos dos artigos 126 e 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para participar da AGD ou enviar instrução de voto, os Debenturistas deverão encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto.

O representante do debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital.

Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferido.

As pessoas naturais Debenturistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014).

Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o debenturista receberá, até 24 horas antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Microsoft Teams".

Caso determinado debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio dos e-mails luiz.leite@celeogroup.com e/ou ri@copel.com, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Companhia diretamente pelos e-mails luiz.leite@celeogroup.com, ri@copel.com e/ou pelo telefone (41) 3331-4011, ou com o Agente Fiduciário, por meio do e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br e/ou pelo telefone (21) 3514-0000.

A administração da Companhia reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital.

Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma "Microsoft Teams" estará disponível a partir de 15 (quinze) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência.

Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação.

A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia.

Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos, preferencialmente, em **até 60 (sessenta) minutos** antes do início da AGD, conforme artigo 72, § 2º, da Resolução CVM 81.

Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia através de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II, da Resolução CVM 81.

Este edital de convocação se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://webapp.oliveiratrust.com.br), da Companhia (https://www.celeogroup.com/?lang=pt-br), da Copel (ri.copel.com) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2023.

**Luiz Carlos Leite**
Diretor Administrativo Financeiro

**Julio César de Castro Martins**
Diretor Presidente

CISJORDÂNIA

# Ofensiva de Israel com helicóptero mata 5 palestinos e fere 91

Uma operação do Exército de Israel na Cisjordânia, com o apoio de um helicóptero, algo raro, deixou ontem ao menos cinco mortos, incluindo um adolescente, além de 91 feridos, segundo o Ministério da Saúde da Palestina. As ofensivas voltaram a agravar a delicada situação de segurança na região.

Autoridades israelenses disseram que combates intensos foram travados após tropas do país serem atacadas em uma ação para capturar integrantes da organização extremista Jihad Islâmico no campo de refugiados de Jenin. Pelo menos sete militares de Israel ficaram feridos, de acordo com Tel Aviv.

Segundo o Exército israelense, os soldados foram surpreendidos por ataques com fogo pesado e o uso de artefatos explosivos. Por isso, ainda de acordo com as Forças Armadas do país, foi necessário executar uma missão para resgatar militares e veículos que ficaram bloqueados nas zonas de combate.

Um helicóptero militar israelense disparou pelo menos dois mísseis durante a ação, segundo a agência de notícias AFP. Foi o primeiro uso de uma aeronave na Cisjordânia ocupada desde o segundo levante palestino, cerca de duas décadas atrás, relatou o jornal The Times of Israel.

Tel Aviv disse que a operação ocorreu numa "área muito problemática" e que ao menos dois militantes do Jihad Islâmico foram mortos. Já autoridades da Palestina afirmam que civis foram atingidos. O Ministério da Saúde palestino identificou as vítimas como Khaled Asasa, 21, Qais Jabarin, 21, Ahmed Daraghmeh, 19, Ahmed Saqr, 15, e Qassam Abu Saria, 29, que era um combatente da facção, segundo o Jihad em nota.

O vice-governador de Jenin, Kamal Abu al-Rub, disse que o Exército israelense entrou no campo de refugiados por volta das 4h, no horário local (22h de domingo em Brasília), e que as forças de Israel e militantes palestinos se enfrentaram em combates violentos de quase dez horas.

De acordo com Mai al Kaila, ministro da Saúde da Palestina, a situação nos hospitais era crítica —ele pediu o envio urgente de remédios, bolsas de sangue e outros suprimentos médicos. Entre os feridos está o jornalista freelance Hazem Nasser, que vestia um colete que o identificava como profissional de imprensa e foi baleado na região do abdômen. Ele está hospitalizado em estado grave.

O tenente-coronel Richard Hecht, porta-voz do Exército israelense, afirmou que as forças israelenses continuavam sob fogo cruzado na tarde desta segunda, e os soldados ainda tentavam recuperar cinco veículos que ficaram bloqueados em Jenin. "[A operação] vai levar horas e será muito difícil. Há muitos tiros", disse. Segundo ele, um dos blindados usados para transporte de tropas foi danificado por um artefato explosivo de potência "muito incomum", e soldados ficaram presos no veículo por horas.

O ministro israelense da Defesa, Yoav Gallant, prometeu usar todos os recursos para atacar os "elementos terroristas, onde quer que estejam". Já o alto comissário da ONU para os Direitos Humanos, Volker Türk, manifestou preocupação e denunciou o "uso excessivo da força" por parte das forças israelenses.

Jenin, reduto de grupos armados no norte da Cisjordânia, é um território palestino ocupado por Israel desde 1967. A região é alvo frequente de ofensivas israelenses que buscam capturar extremistas.

GRÉCIA

# Paquistão: 300 migrantes morreram em naufrágio

Autoridades do Paquistão afirmaram que mais de 300 cidadãos do país morreram no naufrágio de uma embarcação com migrantes, ocorrido na semana passada, perto da península de Peloponeso, na Grécia.

O balanço, divulgado neste domingo passado, não é confirmado por Atenas. Socorristas do país europeu contabilizam 78 corpos retirados do mar até agora. Segundo organizações que atuam em defesa do direito dos migrantes, porém, o barco que afundou transportava aproximadamente 750 pessoas.

"Este incidente devastador ressalta a necessidade urgente de abordar e condenar o ato abominável do tráfico ilegal de pessoas", disse o líder do Senado paquistanês, Muhammad Sadiq Sanjrani, ao comentar a estimativa de mortos. "Estendemos nossas sinceras condolências às famílias enlutadas."

O naufrágio na última quarta-feira foi o incidente mais mortal do tipo registrado pela Grécia desde 2016. Nikolaos Alexiou, porta-voz da Guarda Costeira, disse que o barco superlotado afundou em uma das áreas de maior profundidade do mar Mediterrâneo. Muitos dos migrantes estavam na parte interna da embarcação, o que dificultou a fuga. As vítimas são do Egito, do Paquistão e da Síria.

WIKIPÉDIA

Os paquistaneses enfrentam a pior crise econômica em décadas, com inflação recorde e crescimento baixo, o que tem motivado cidadãos a se arriscarem em travessias ilegais rumo à Europa. Segundo a Frontex, a agência de fronteiras da União Europeia, migrantes do Paquistão, da Costa do Marfim e da Guiné foram os mais flagrados em rotas do Mediterrâneo Central, consideradas as mais perigosas do mundo, nos dois primeiros meses do ano.

Shehbaz Shari (**foto**), premiê do Paquistão, declarou luto nacional para esta segunda (19) e ordenou uma "investigação de alto nível" sobre o incidente. Já a polícia paquistanesa anunciou a prisão de 14 pessoas suspeitas de tráfico humano e de envolvimento na tragédia. "Garanto à nação que aqueles que forem considerados negligentes em relação ao seu serão responsabilizados. A responsabilidade será fixada após o inquérito e cabeças rolarão", escreveu Sharif nas redes sociais.

EUA

# Após 28 anos no corredor da morte, homem é libertado

Após passar 28 anos no corredor da morte, Barry Lee Jones, de 64 anos, foi libertado da prisão na última quinta-feira, no Arizona (EUA).

Barry foi condenado à morte em 1995 por homicídio, agressão sexual e três acusações de abuso infantil relacionadas à morte da filha de 4 anos de sua namorada. À época, o homem foi apontado pelos promotores do caso como responsável pelos cuidados da menina quando ela morreu.

Quase três décadas depois, no entanto, um juiz do condado de Pima reavaliou as evidências médicas que provaram que Jones não havia provocado os ferimentos da menina. Barry passou a responder por negligenciar o atendimento médico na noite anterior à morte da menina, já que ele sabia sobre o estado de saúde da criança.

Com a decisão, ele aceitou um acordo judicial por homicídio culposo (quando não há intenção de matar).

A defesa de Jones alegou que o primeiro advogado nomeado para o caso falhou na pesquisa e coleta de informações médicas que levaram a menina a óbito. Novas evidências médicas indicaram que a lesão mortal poderia ter ocorrido três, quatro, cinco dias antes do episódio que motivou a prisão de Jones.

Diante da falta de provas, o procurador-geral do Arizona Myles Braccio conduziu em março uma investigação independente sobre o caso, o que levou o júri a propor uma negociação com a defesa e, consequentemente, garantir a liberdade do acusado.

Em nota, o defensor público federal Cary Sandman celebrou a liberdade de Barry Lee Jones. "Depois de quase 30 anos no corredor da morte por um crime que não cometeu, Barry Jones está finalmente voltando para casa".